



Relatório

Atividade e Contas

2025

Santa Casa da Misericórdia de Lousada

The background is a light gray with several overlapping circles of varying shades of gray. In the top right corner, there is a grid of small, light gray dots.

Com sentido de responsabilidade e foco na melhoria contínua, iremos preservar o padrão de qualidade dos nossos serviços e reforçar, de forma sustentada, a nossa capacidade de resposta, gerando benefícios concretos para todos os que confiam na Instituição.

Índice.

Introdução.	4
Destaques Atividade	5
Desempenho Operacional.....	6
Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	7
Serviço de Apoio Domiciliário	9
Centro de Apoio ao Cuidador Informal de Lousada	11
Centro de Bem Estar Infantil Visconde de Sousa e Isabel Maria - Creche	13
Hospital de Lousada	15
Outros Serviços de Apoio a Comunidade.....	17
Comissão Integrada para Idosos e Adultos Dependentes (CIIAD)	18
Recursos Humanos.....	19
Desempenho Financeiro	21
Demonstrações Financeiras	25
Balço	26
Demonstração dos Resultados por Naturezas.....	27
Demonstração Alterações Fundos Patrimoniais (Período 2024)	28
Demonstração Alterações Fundos Patrimoniais (Período 2025)	29
Demonstração Individual de Fluxos de Caixa	30
Anexo.....	31
Ata do Conselho Fiscal	52
Ata da Mesa Administrativa.....	53
Certificação Legal das Contas.....	54

Introdução.

Aos Prezados Irmãos,

Nos termos previstos na Lei do Compromisso, a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Lousada apresenta à Assembleia-Geral o Relatório de Atividades e Contas, o Parecer do Conselho Fiscal e a Certificação Legal das Contas relativos ao exercício de 2025.

Ao longo de 2025, a Instituição procurou assegurar a continuidade das respostas sociais e de saúde, reforçando a capacidade de resposta onde a procura se manteve mais exigente e consolidando investimentos que sustentam a eficiência e a qualidade do serviço.

Este documento reúne os principais resultados operacionais e financeiros do ano, bem como os acontecimentos mais relevantes por valência. É, acima de tudo, um instrumento de transparência e de compromisso com os utentes, as famílias, os colaboradores e a comunidade.

A todos os que contribuíram para o trabalho desenvolvido, colaboradores, parceiros e órgãos sociais, deixamos o nosso reconhecimento.

José Diogo Gonçalves Fernandes

Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lousada



Destques

Atividade.

- Expansão e inovação clínica: abertura da Nuvia Clinic, reforçando e diversificando a oferta de cuidados, com uma abordagem moderna e orientada para a experiência do utente.
- Transformação digital e acessibilidade: lançamento do novo website, com aumento de visitantes e crescimento das marcações online, simplificando o contacto e o acesso aos serviços.
- Robustez tecnológica e cibersegurança: investimento na infraestrutura informática e reforço da segurança digital, garantindo maior resiliência e proteção de dados.
- Apoio social com impacto direto: consolidação do CACIL como maior investimento social desde 2019 (serviço gratuito), com elevado volume de acompanhamentos, diligências e respostas comunitárias.
- Sustentabilidade e desempenho: crescimento nas principais rubricas de rendimentos (+5,93%) e de gastos (6,08%), monitorização regular de indicadores económico-financeiros, reforçando liquidez, solvabilidade e controlo de custos.

Desempenho

Operacional.

Em 2025, a Santa Casa da Misericórdia de Lousada manteve uma atuação orientada para a qualidade do serviço, a proximidade à comunidade e a utilização responsável dos recursos disponíveis.

A atividade operacional foi acompanhada através de indicadores regulares por valência, permitindo identificar necessidades, ajustar procedimentos e responder com maior previsibilidade aos desafios do quotidiano.

A par do funcionamento corrente, foram prosseguidos investimentos e ações de melhoria com impacto na organização interna, na experiência do utente e na consistência dos cuidados prestados.

Este trabalho, transversal às equipas e serviços, reforça a capacidade da Instituição para assegurar respostas robustas e sustentáveis, alinhadas com a sua missão.



Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

A promoção do envelhecimento ativo e saudável continua a ser um objetivo central, procurando preservar a autonomia e o bem-estar dos idosos pelo maior tempo possível. Ainda assim, a experiência diária demonstra que uma parte significativa da população idosa necessita de apoio especializado e contínuo, sobretudo quando o suporte familiar é insuficiente ou não consegue assegurar cuidados permanentes.

Neste contexto, a ERPI Sousa Freire e Lúcia Lousada mantêm-se como respostas essenciais, garantindo condições de alojamento e alimentação, apoio nas atividades de vida diária (higiene e conforto), acompanhamento psicossocial, cuidados de enfermagem e médicos, bem como atividades regulares de estimulação, ocupação e lazer, fundamentais para a manutenção da funcionalidade e da qualidade de vida.

Indicadores da valência

- Capacidade: ERPI Sousa Freire (60 utentes com Acordo de Cooperação) e ERPI Lúcia Lousada (48 utentes, sendo 30 com Acordo de Cooperação e 18 em regime particular);

- Perfil etário: 63,04% dos utentes na ERPI Sousa Freire e 56,67% na ERPI Lúcia Lousada com mais de 80 anos;
- Grau de dependência: 22,64% grandes dependentes e 22,64% dependentes;
- Saúde cognitiva: 36,79% do total de utentes nas duas ERPIS, com diagnóstico confirmado de demência;
- Apoio familiar: apesar de 92,45% dos utentes apresentarem retaguarda familiar, nem sempre é possível garantir os cuidados necessários, reforçando a importância destas respostas;
- Sustentabilidade financeira: o custo médio mensal por utente permanece superior às comparticipações da Segurança Social. O subsídio mensal por idoso é de 666,90€, enquanto o custo real por utente se situa em 1637,86€ na ERPI Sousa Freire e 1911,41€ na ERPI Lúcia Lousada, exigindo um esforço permanente da Instituição para assegurar a continuidade do serviço.

Investimento na qualidade dos cuidados

Com foco na melhoria contínua e na preservação da funcionalidade dos utentes, foram mantidas e reforçadas áreas estratégicas de intervenção, nomeadamente:

- Fisioterapia: intervenção regular orientada para mobilidade, prevenção de quedas e promoção da autonomia;
- Estimulação cognitiva: aplicação de um plano multidisciplinar, com especial atenção a situações de demência e doenças neurodegenerativas;
- Bem-estar e lazer: dinamização de atividades ocupacionais e momentos de convívio, promovendo equilíbrio emocional e integração.

Através destas medidas, a Instituição procura assegurar um envelhecimento digno, em ambiente seguro e acolhedor, com respostas ajustadas às necessidades de cada utente e orientadas para a qualidade de vida.



Serviço de Apoio Domiciliário

O Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) assume um papel essencial no suporte a idosos e pessoas dependentes que pretendem permanecer no seu domicílio, preservando a sua autonomia e qualidade de vida.

Esta resposta social tem como objetivo proporcionar um conjunto diversificado de serviços individualizados e personalizados, assegurando o bem-estar dos utentes e garantindo um envelhecimento mais digno e seguro.

Indicadores da valência

- Capacidade: Acordo de cooperação com a Segurança Social para 36 beneficiários;
- Taxa de ocupação: 97,22% de lugares ocupados;

- Movimentação de utentes: 8 admissões e 7 cessações (5 por falecimento, 1 por integração em Centro de Dia e 1 em Estrutura Residencial para Pessoas Idosas);
- Perfil dos utentes: A faixa etária com um maior número de utentes situa-se acima dos 75 anos correspondendo a 68,57% do total de utentes;
- Grau de Dependência dos Utes: 28,57% são autónomos e 25,71% são grandes dependentes;
- Apoio familiar: 91,43% dos utentes possuem uma rede de suporte familiar ou cuidador informal. Os restantes 8,57% estão em situação de maior vulnerabilidade, exigindo um acompanhamento mais atento por parte da equipa do SAD;
- Avaliação de Satisfação dos Utes: 88,57% dos utentes estão satisfeitos com o serviço prestado. Todos os utentes recomendariam o serviço a terceiros.

O SAD disponibiliza um vasto leque de serviços adaptados às necessidades dos utentes. Em 2025, verificou-se um aumento significativo na procura de cuidados de higiene pessoal, mantendo-se a elevada solicitação dos serviços de fornecimento de alimentação e tratamento de roupa. Para além dos serviços contratualizados, a equipa assegura a marcação de consultas e exames médicos, aquisição de medicação e bens essenciais, como fraldas e produtos de higiene pessoal.

Investimentos na Qualidade dos Cuidados

O SAD destaca-se como uma alternativa essencial a outras respostas sociais, permitindo que os utentes permaneçam no seu ambiente familiar com o suporte adequado. O investimento e fortalecimento desta valência continuará a ser uma prioridade, visando:

- O combate ao isolamento e à solidão;
- O reforço da inclusão e solidariedade na comunidade;
- A melhoria dos serviços através da formação contínua das equipas e da modernização da estrutura.



Centro de Apoio ao Cuidador Informal de Lousada

Desde 2019, o CACIL representa o maior investimento social da Misericórdia de Lousada, assegurado com fundos próprios e disponibilizado de forma totalmente gratuita, reforçando de forma clara a missão de apoiar quem cuida e quem mais precisa. Esta resposta tem assumido um papel central no suporte aos cuidadores informais, promovendo capacitação, acompanhamento e redução da sobrecarga associada ao cuidado diário de pessoas dependentes. Até à data, foram identificados 975 cuidadores, que prestam cuidados a 729 pessoas.

Indicadores da valência

- Cuidadores informais identificados: 975 (617 principais; 358 secundários).
- Acompanhamento: 197 foram acompanhados regularmente, dos quais 62 correspondem a novos casos.
- Diligências realizadas: 2.245 (813 articulações, 439 entrevistas presenciais, 724 atendimentos telefónicos e 269 visitas domiciliárias).

- Perfil: 84% mulheres; 73% entre os 41 e 65 anos. Cerca de 48% reporta problemas de saúde e 75% refere agravamento do estado de saúde associado ao cuidar. Observa-se sobrecarga em 82,4%, sendo 61,6% intensa.
- Principais motivos de dependência: doença crónica (27%), demência (25%), deficiência (24%), AVC (22,5%) e envelhecimento (20%), com frequência de comorbilidades.

Atividade e respostas desenvolvidas

- IIES – Bolsa “Lousada Cuida”: 25 CIs beneficiaram de substituição; 19 de capacitação no domicílio por terapeutas especializados e 159 de outras medidas de apoio.
- Sala Multissensorial Comunitária (Snoezelen): 63 pessoas apoiadas, com 910 sessões individuais e 82 sessões em grupo. Utilização por ERPI Lúcia Lousada, ALDAF, Lousavidas e Agrupamentos de Escolas do concelho.
- Promoção do bem-estar: 61 CIs usufruíram de massagens e 33 de consulta de psicologia.
- Ações comunitárias: realização do Arraial de Cuidadores (Verão), Mês Municipal do Cuidador Informal e almoço de homenagem (novembro), além de outras iniciativas de sensibilização.
- Qualificação da equipa: conclusão da especialização em Intervenção Multissensorial em ambiente Snoezelen.

Satisfação e qualidade percebida

O nível de satisfação global é muito elevado em todas as dimensões avaliadas, com forte valorização da equipa pela disponibilidade e apoio. Mantém-se a necessidade de reforçar meios e melhorar algumas condições físicas.

Investimentos futuros e sustentabilidade

A candidatura apresentada em 2024 ao Portugal Inovação Social para financiamento da IIES “Lousada Cuida” foi aprovada em maio de 2025, com um apoio de 214.000€ por 36 meses (com investimento social do Município e de cinco empresas locais), garantindo maior sustentabilidade e crescimento do CACIL.



Centro de Bem Estar Infantil Visconde de Sousa e Isabel Maria - Creche

O Centro de Bem Estar Infantil Visconde de Sousa e Isabel Maria desempenha um papel essencial no desenvolvimento infantil, sendo muitas vezes a primeira experiência das crianças num ambiente estruturado fora do seu meio familiar.

A qualidade dos cuidados recebidos nesta fase inicial é determinante para o seu desenvolvimento futuro, tornando esta resposta social um pilar fundamental da instituição.

Indicadores da valência

- Capacidade: 92 utentes, com ocupação de 100%;
- Abrangência: Todas as crianças beneficiam da gratuidade prevista na Portaria n.º 198/2022, ao abrigo do acordo de cooperação com o Instituto da Segurança Social;

- Projeto pedagógico: Desenvolvido de acordo com as necessidades e interesses das crianças, promovendo um ensino holístico, humanizado e individualizado.

O plano anual de atividades foi cumprido integralmente, proporcionando experiências lúdicas e educativas que promovem o desenvolvimento cognitivo, motor, emocional e social das crianças.

Destacam-se atividades como a exploração sensorial, projetos artísticos, expressão musical e corporal, bem como a realização de festividades temáticas que envolvem as famílias na dinâmica da creche.

A creche da Misericórdia de Lousada aposta fortemente na qualidade pedagógica, dispondo de uma equipa multidisciplinar especializada, que assegura um ambiente seguro e estimulante para o crescimento das crianças.

O envolvimento das famílias é incentivado através de reuniões periódicas, sessões de esclarecimento e participação em atividades, fortalecendo a relação entre o contexto educativo e familiar.

A humanização dos serviços prestados reflete-se no acompanhamento individualizado, respeitando o ritmo de cada criança e garantindo o seu bem-estar integral. A aposta na formação contínua dos profissionais permite a implementação das melhores práticas educativas, contribuindo para um serviço de excelência.



Hospital de Lousada

O Hospital de Lousada continuou, em 2025, a afirmar-se como uma unidade de saúde de referência, orientando a sua atividade para a eficiência operacional, a qualidade assistencial e a acessibilidade aos serviços prestados. Com uma estratégia assente na otimização de processos e na inovação, procurámos garantir a excelência clínica e uma experiência positiva a todos os utentes.

A estrutura hospitalar integra Consulta Externa (mais de 30 especialidades), Imagiologia com tecnologia avançada para MCDT's, Internamento Cirúrgico e de Medicina, Bloco Operatório, Análises Clínicas, Centro de Reabilitação e Atendimento Permanente 24 horas, assegurando uma resposta integrada e diferenciada.

O ano de 2025 foi marcado por iniciativas com impacto relevante no posicionamento institucional, destacando-se a abertura da Nuvia Clinic, que veio reforçar e complementar a oferta do Hospital com uma abordagem moderna e orientada para a

inovação. Em paralelo, a remodelação do novo website contribuiu para um aumento do número de visitantes e para o crescimento das marcações online, melhorando o acesso aos serviços e a proximidade com os utentes.

Foi igualmente concretizado um investimento na infraestrutura informática e no reforço da cibersegurança, garantindo maior robustez, proteção de dados e continuidade operacional. A melhoria contínua dos fluxos e práticas assistenciais permitiu ganhos de eficiência e reforçou a qualidade dos cuidados prestados, consolidando o Hospital de Lousada como uma unidade de referência na região.

Em 2025, manteve-se também a prioridade na melhoria contínua da organização interna, através da monitorização de indicadores operacionais, da otimização de circuitos assistenciais e do reforço da articulação entre equipas e serviços. Esta orientação permitiu consolidar práticas mais eficazes, com impacto na capacidade de resposta, na consistência dos cuidados e na experiência global do utente, reforçando a confiança da comunidade na instituição.

Indicadores da Valência

24.464

Número de utentes que visitaram
o Atendimento Permanente

19.606

Número de utentes que
realizaram Análises Clínicas

57.467

Número de Consultas
realizadas

39.327

Número de exames realizados
em Imagiologia

7.458

Número de utentes tratados em
Medicina Física e Reabilitação

3.653

Número de cirurgias realizadas
no Bloco Operatório

161

Número de Pequenas
Cirurgias realizadas

10.740

Número de dias em Unidade
de Cuidados Continuados

13.285

Número de dias em Unidade de
Internamento Integrado

Outros Serviços de Apoio a Comunidade



Cantina Social

A Cantina Social traduz o compromisso da Misericórdia de Lousada com o apoio às pessoas e famílias em situação de maior vulnerabilidade. Integrada na rede social do concelho, esta resposta permite identificar necessidades prioritárias e assegurar, de forma regular, o acesso a uma alimentação adequada, contribuindo para a inclusão e para a proteção social dos utentes mais fragilizados.

- Refeições fornecidas em 2025: 2.908.



Loja Social “Mão Amiga”

A Loja Social “Mão Amiga” é uma resposta da Misericórdia de Lousada que disponibiliza, gratuitamente ou a preços simbólicos, vestuário, calçado e outros bens essenciais. O serviço procura apoiar famílias em situação de maior fragilidade económica, assegurando o acesso a recursos indispensáveis e contribuindo para a dignidade e bem-estar no quotidiano.

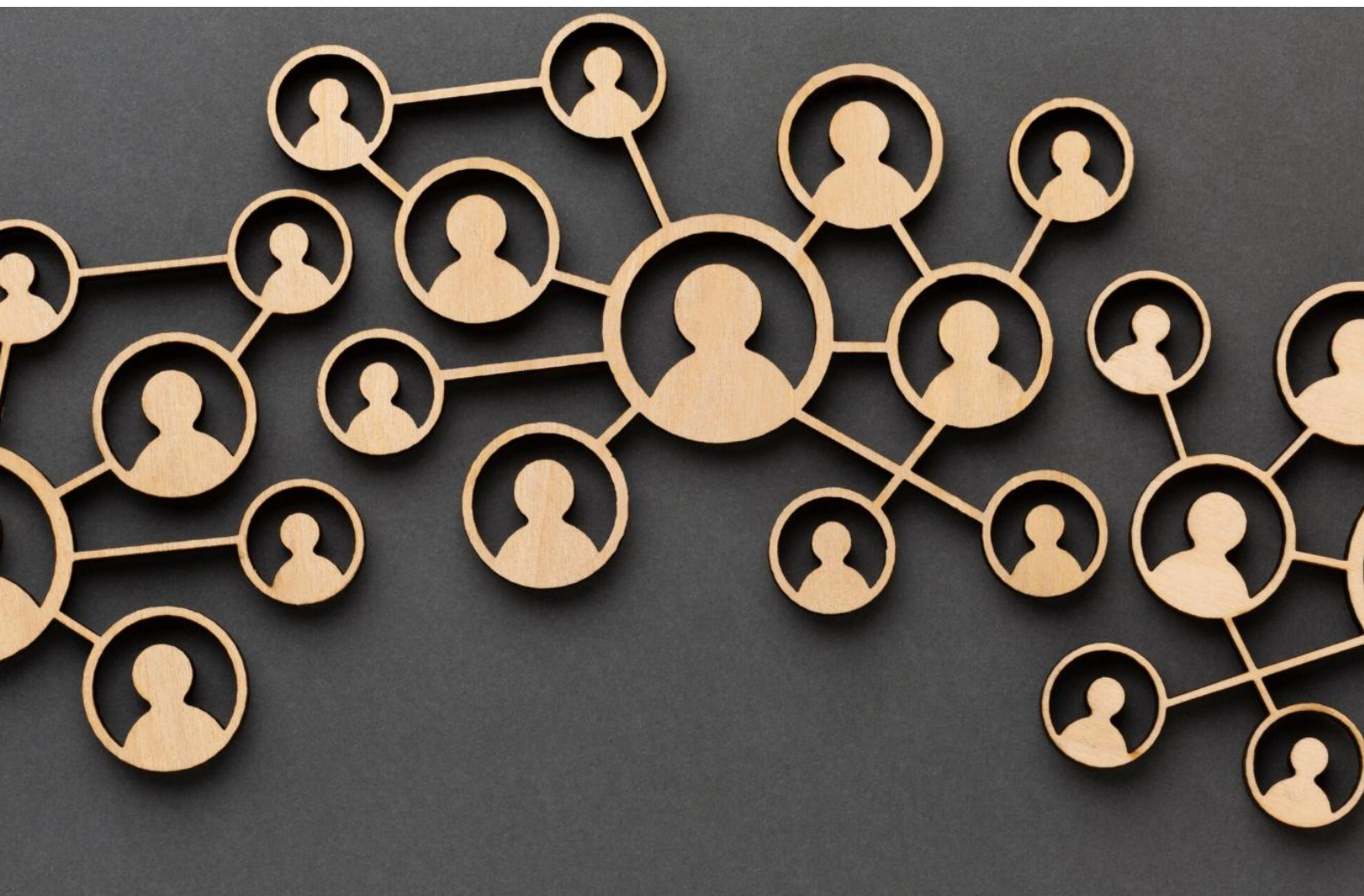
- Famílias apoiadas em 2025: 109.



Comissão Integrada para Idosos e Adultos Dependentes (CIIAD)

A Comissão Integrada para Idosos e Adultos Dependentes (CIIAD) enquadra-se na resposta ao envelhecimento demográfico e ao aumento da dependência funcional, promovendo a participação ativa da comunidade e o envolvimento de entidades públicas e privadas na intervenção social. Paralelamente, aposta na capacitação dos profissionais, reforçando conhecimentos e competências essenciais para um acompanhamento mais qualificado de idosos e adultos dependentes.

Em 2025, com especial enfoque na problemática da demência, a CIIAD dinamizou o VII Seminário “Coisas da Mente – Uma Perspetiva Sensorial e Cognitiva”, criando um espaço de debate, reflexão e partilha de boas práticas sobre esta temática.



Recursos Humanos

A Gestão de Recursos Humanos tem sido um pilar estratégico na consolidação e crescimento da Misericórdia de Lousada, garantindo a adequação das equipas às exigências operacionais, promovendo a capacitação contínua dos colaboradores e otimizando a eficiência global da instituição.

A evolução do quadro de pessoal reflete uma aposta no reforço qualitativo e quantitativo dos recursos humanos, alinhada com a complexificação e expansão dos serviços prestados.

Indicadores do departamento

- Número de colaboradores: 278, com um crescimento sustentado em várias áreas estratégicas;

- Distribuição de colaboradores: O Hospital de Lousada representa 58,21% do total de recursos humanos, seguido pelas ERPI's, Creche, Serviço de Apoio Domiciliário e outras valências;
- Qualificação dos colaboradores: 33,21% possuem licenciatura ou grau superior, enquanto 46,64% têm o 12º ano, reforçando a tendência de qualificação crescente dos profissionais;
- Formação profissional: Em 2025 foram realizadas diversas ações de capacitação, abrangendo diferentes áreas técnicas e comportamentais, com o objetivo de reforçar a qualidade e eficiência dos serviços prestados. No total, foram realizadas 13 ações de formação, envolvendo mais de 401 participações de colaboradores;
- Absentismo e medidas de gestão: A taxa de absentismo foi acompanhada de forma rigorosa, com implementação de medidas preventivas para minimizar impactos operacionais. Estratégias como reorganização das equipas e melhoria das condições de trabalho foram fundamentais para garantir a continuidade e eficiência dos serviços.

A instituição manteve um rigoroso controlo sobre a estrutura de custos com pessoal, garantindo um equilíbrio entre a necessidade de reforçar equipas, especialmente em áreas críticas como a saúde, apoio social e a sustentabilidade financeira.

O recrutamento de novos colaboradores foi direcionado para a melhoria dos rácios de atendimento e para a qualificação das equipas, refletindo-se num aumento do nível de habilitações académicas e competências técnicas.

A Misericórdia de Lousada continua a fomentar uma cultura de desenvolvimento profissional, disponibilizando oportunidades de progressão e ajustando as condições laborais para permitir a conciliação entre trabalho e formação.



Desempenho

Financeiro.

Em 2025, a sustentabilidade financeira da Misericórdia de Lousada foi sustentada por uma gestão prudente e criteriosa dos recursos, conciliando a evolução das receitas com medidas de racionalização e controlo dos custos operacionais.

A política de investimento manteve-se orientada para intervenções com impacto direto na eficiência e na qualidade, nomeadamente na modernização de equipamentos, reforço da infraestrutura tecnológica e melhoria das condições das instalações, promovendo ganhos transversais nas principais áreas de atividade.

A análise regular dos indicadores económico-financeiros e o acompanhamento próximo da execução orçamental permitiram ajustar decisões e prioridades ao longo do ano, reforçando a estabilidade da Instituição e a sua capacidade de resposta no médio e longo prazo.



Evolução Económica

Rendimentos e Gastos

Tabela 1 - *Análise das variações nas principais rubricas de Rendimentos*

Rúbrica	2025	2024	Var %
Vendas e Serviços prestados	18.766.467,72€	17.699.220,86€	6,03%
Subsídios e Legados à Exploração	152.379,04€	160.748,38€	-5,21%
	18.918.846,76€	17.859.969,24€	5,93%

Nas principais rubricas de rendimentos e ganhos, registou-se um aumento de 5,93% face ao ano de 2024, refletindo o crescimento da atividade da Misericórdia de Lousada. A rubrica de Vendas e Serviços prestados apresentou um acréscimo de 6,03%, evidenciando a evolução do volume de prestação de serviços. Em sentido inverso, a rubrica de Subsídios e Legados à Exploração registou uma redução de 5,21%, sem comprometer a tendência global de crescimento dos rendimentos no exercício.

Tabela 2 - *Análise da variação das principais rubricas de Gastos*

Rubrica	2025	2024	Var %
Gastos com Pessoal	5.584.868,03€	5.272.452,24€	5,93%
CMVMC	1.812.924,41€	1.803.110,52€	0,54%
FSE	7.466.574,64€	6.906.208,98€	8,11%
Depreciações	948.199,88€	915.991,39€	3,52%
Outros Gastos	30.033,27€	36.866,83€	-18,54%
	15.842.600,23€	14.934.629,96€	6,08%

As principais rubricas de gastos sofreram, na generalidade, um aumento face a 2024 de 6,08%, associado ao reforço da atividade e à atualização de custos operacionais.

Destaca-se o aumento dos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) em 8,11%, bem como dos Gastos com Pessoal em 5,93%, refletindo a necessidade de assegurar a capacidade de resposta e a qualidade dos serviços prestados.

As Depreciações cresceram 3,52% e o CMVMC teve uma variação residual de 0,54%, enquanto a rubrica de Outros Gastos diminuiu 18,54%, contribuindo para um maior equilíbrio na estrutura global de custos.

Análise Económico – Financeira

Em comparação com 2024, mantém-se o desafio estrutural associado aos resultados das valências sociais, com maior pressão nas respostas de maior intensidade de cuidados, em particular ERPI e CACIL. Torna-se, por isso, essencial prosseguir uma política de racionalização e controlo de custos, num contexto em que o setor continua condicionado pela comparticipação dos utentes, pela rigidez/insuficiência das comparticipações públicas e pelo aumento de custos de operacionalidade (pessoal, energia, bens e serviços).

Do ponto de vista dos indicadores económico-financeiros, a Instituição evidencia reforço da sua robustez. A Autonomia Financeira aumentou para 89,93% (88,96% em 2024) e a

Solvabilidade Financeira subiu para 893,27% (805,82% em 2024), confirmando a solidez do equilíbrio patrimonial.

O rácio de Liquidez Geral evoluiu para 6,07 (5,02 em 2024), demonstrando capacidade confortável para cumprir obrigações recorrendo a ativos de curto prazo. Em paralelo, o Endividamento reduziu-se para 10,07% (11,04% em 2024), reforçando a sustentabilidade do financiamento e a margem de segurança financeira.

Ao nível da eficiência operacional, a Rentabilidade do volume de negócios registou uma ligeira redução para 19,83% (20,26% em 2024), sugerindo maior pressão de custos ou menor margem relativa na atividade. Observa-se também um alongamento dos prazos médios: o Prazo Médio de Pagamentos passou para 30,53 dias (29,90 dias em 2024) e o Prazo Médio de Recebimentos aumentou para 35,36 dias (29,35 dias em 2024), o que exige atenção na gestão de tesouraria e na monitorização de recebimentos, de modo a preservar a eficiência financeira e a previsibilidade do ciclo operacional.

Tabela 3 - Indicadores Económico - Financeira

Indicadores	2025	2024
Rentabilidade do volume de negócios	19,83%	20,26%
Prazo Medio de Pagamentos (dias)	30,53	29,90
Prazo Medio de Recebimentos (dias)	35,36	29,35
Liquidez Geral	6,07	5,02
Autonomia Financeira	89,93%	88,96
Solvabilidade Financeira	893,27%	805,82%
Endividamento	10,07%	11,04%

Importa ainda referir o indicador EBITDA/Volume de Negócios, que em 2025, fixou-se em 24,88%, traduzindo uma ligeira redução marginal na rentabilidade operacional relativa, ainda que com crescimento do EBITDA em termos absolutos. Este indicador continua a evidenciar a eficiência e a produtividade global da organização, assumindo-se como um referencial relevante para suportar decisões de investimento e garantir a sustentabilidade no médio e longo prazo.

Santa Casa da Misericórdia de Lousada

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2025

Balanço

em 31 de dezembro de 2025

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2025	31-12-2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	12 871 910,39	13 065 943,70
Ativos intangíveis	5	40 050,80	3 730,22
Investimentos financeiros	10.8	18 775,96	60 614,91
		12 930 737,15	13 130 288,83
Ativo corrente			
Inventários	6	460 568,20	453 405,37
Créditos a receber	10.2	3 142 106,12	2 592 754,12
Estado e outros entes públicos	10.5	9 938,57	14 709,08
Diferimentos	13.2	51 894,92	80 619,06
Outros ativos correntes	10.3	42 798,87	85,30
Caixa e depósitos bancários	10.1	16 640 832,74	13 211 539,01
		20 348 139,42	16 353 111,94
Total do ativo		33 278 876,57	29 483 400,77
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	13.3	612 372,87	612 372,87
Resultados transitados	13.3	24 274 269,32	20 688 769,27
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	13.3	1 320 015,67	1 341 865,40
		26 206 657,86	22 643 007,54
Resultado líquido do período		3 721 784,76	3 585 500,05
Total dos fundos patrimoniais		29 928 442,62	26 228 507,59
Passivo			
Passivo não corrente			
		-	-
Passivo corrente			
Fornecedores	10.4	782 436,52	706 392,26
Estado e outros entes públicos	10.5	148 519,26	141 883,76
Diferimentos	13.2	8 735,22	11 471,32
Outras passivos correntes	10.7	2 410 742,95	2 395 145,84
		3 350 433,95	3 254 893,18
Total do passivo		3 350 433,95	3 254 893,18
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		33 278 876,57	29 483 400,77

Lousada, 11 de março de 2025

Demonstração dos Resultados por Naturezas

do período findo em 31 de dezembro de 2025

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	7.1	18 766 467,72	17 699 220,86
Subsídios, doações e legados à exploração	7.1/9	152 379,04	160 748,38
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(1 812 924,41)	(1 803 110,52)
Fornecimentos e serviços externos	13.4	(7 466 574,64)	(6 906 208,98)
Gastos com o pessoal	11	(5 584 868,03)	(5 272 452,24)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		(9 559,30)	(13 346,02)
Provisões (aumentos/reduções)	8		44 570,02
Aumentos/reduções de justo valor		881,79	(726,44)
Outros rendimentos	7.1/13.5	654 215,74	632 780,66
Outros gastos	13.6/13.7	(30 033,27)	(36 866,83)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		4 669 984,64	4 504 608,89
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4/5	(948 199,88)	(915 991,39)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		3 721 784,76	3 588 617,50
Juros e gastos similares suportados	13.7		(3 117,45)
Resultados antes de impostos		3 721 784,76	3 585 500,05
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		3 721 784,76	3 585 500,05

Lousada, 11 de março de 2025

Demonstração Alterações Fundos Patrimoniais (Período 2024)

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024	6	612 372,87	20 688 769,27	1 376 090,00		22 677 232,14	22 677 232,14
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	13-3						
Primeira adoção de novo referencial contabilístico							
Alterações de políticas contabilísticas							
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	7						
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis							
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis							
Ajustamentos por impostos diferidos	8			(34 224,60)		(34 224,60)	(34 224,60)
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				(34 224,60)	-	(34 224,60)	(34 224,60)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					3 585 500,05	3 585 500,05	3 585 500,05
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8				3 585 500,05	3 551 275,45	3 551 275,45
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	10						
Fundos							
Subsídios, doações e legados						-	-
Outras operações	11=6+7+8+10			-		-	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2024				-	-	-	-
		612 372,87	20 688 769,27	1 341 865,40	3 585 500,05	26 228 507,59	26 228 507,59

Lousada, 11 de março de 2025

Demonstração Alterações Fundos Patrimoniais (Período 2025)

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2025	6	612 372,87	24 274 269,32	1 341 865,40		19 889 725,35	22 677 232,14
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Primeira adoção de novo referencial contabilístico							
Alterações de políticas contabilísticas							
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis							
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis							
Ajustamentos por impostos diferidos							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7			(21 849,73)		(21 849,73)	(21 849,73)
		-	-	(21 849,73)	-	(21 849,73)	(21 849,73)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				3 721 784,76	3 721 784,76	3 721 784,76
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8				3 721 784,76	3 699 935,03	3 699 935,03
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
Fundos							
Subsídios, doações e legados						-	-
Outras operações				-		-	-
	10	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2025	11=6+7+8+10	612 372,87	24 274 269,32	1 320 015,67	3 721 784,76	29 928 442,62	29 928 442,62

Lousada, 11 de março de 2025

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa

do período findo em 31 de dezembro de 2025

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2025	2024
<u>Fluxos de caixa das atividade operacionais</u>			
Recebimentos de clientes e utentes		18 547 007,83	18 666 027,64
Pagamento a fornecedores		(9 218 156,68)	(8 811 082,89)
Pagamentos ao pessoal		(5 587 077,58)	(5 269 711,19)
Caixa gerada pelas operações		3 741 773,57	4 585 233,56
Outros recebimentos/pagamentos		80 387,25	113 984,28
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		3 822 160,82	4 699 217,84
<u>Fluxos de caixa das atividade de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(751 124,69)	(231 066,22)
Ativos intangíveis		(39 362,46)	
Investimentos financeiros		(7,17)	
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			5 400,00
Investimentos financeiros		1,79	
Outros Ativos		122 705,92	120 758,20
Subsídios ao investimento		42 504,24	32 457,02
Juros e rendimentos similares		232 415,28	206 051,86
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		(392 867,09)	133 600,86
<u>Fluxos de caixa das atividade de financiamento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			(199 562,41)
Juros e gastos similares			(3 206,03)
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)		-	(202 768,44)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		3 429 293,73	4 630 050,26
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		13 211 539,01	8 581 488,75
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10.1	16 640 832,74	13 211 539,01

Lousada, 11 de março de 2025

Anexo

1. Identificação da Entidade

A “Santa Casa da Misericórdia de Lousada” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “IPSS”, com sede em “Avenida Major Arrochela Lobo n.º 157, 4620-697 Lousada”. Tem como atividades o “Apoio Social para Pessoas Idosas, com Alojamento” e “Estabelecimento de Saúde com Internamento”, para que, de acordo com os princípios da doutrina cristã, possa prosseguir os objetivos de satisfazer as carências sociais.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 – Referencial Contabilístico

Em 2025 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade.

Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que transpõe a Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, a Normalização Contabilística para entidades do setor não lucrativo foi objeto de alterações substanciais, implicando também a revisão dos modelos de demonstrações financeiras neles previstos. Assim, a partir de 01-01-2016, foi aplicada a Norma contabilística e de relato financeiro para entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL) do Sistema de Normalização Contabilística aprovada pelo Decreto-Lei 98/2015, de 2 de junho.

3. Principais Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Principais políticas contabilísticas

3.1.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com:

Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este

pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras que podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. A informação de 2025 é comparável com a informação de 2024.

Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.1.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

Ativos Fixos Tangíveis

Os “*Ativos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	20-50
Equipamento básico	4-12
Equipamento de transporte	4-7
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	4-8
Outros Ativos fixos tangíveis	4-8

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as quais se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

Ativos Intangíveis

Os “*Ativos Intangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “*Despesas de investigação*” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	3
Propriedade Industrial	
...	
Outros Ativos intangíveis	

O valor residual de um “*Ativo Intangível*” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

Bens do património histórico e cultural

Os “*Bens do património histórico e cultural*” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “variações nos fundos patrimoniais”.

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Têm um tratamento contabilístico diferente do bem no qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimados.

Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “*Investimentos Financeiros*” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

No entanto, não existindo participações onde a SCML exerça qualquer tipo de influência, os Investimentos Financeiros encontram-se mensurados pelo seu custo de aquisição.

Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor

de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade. A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Irmãos / Doadores

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de irmãos / doadores que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “*Clientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF-ESNL)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a

Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “*Fornecimentos e Serviços Externos*”.

Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*

c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2022 a 2025 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2. Alterações nas Políticas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer efeitos relevantes resultantes de alteração em políticas contabilísticas.

4. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2025 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2025	Aquisições / Dotações	Vendas / Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2025
Custo						
Terrenos e recursos naturais	1 320 716,21					1 320 716,21
Edifícios e outras construções	15 693 110,91			669 130,74		16 362 241,65
Equipamento básico	5 264 156,69	165 557,28	(88 191,00)			5 341 522,97
Equipamento de transporte	207 033,25	45 064,78				252 098,03
Equipamento biológico	-					-
Equipamento administrativo	1 548 686,91	152 238,17	(18 468,28)			1 682 456,80
Outros Ativos fixos tangíveis	196 530,88	7 793,13				204 324,01
Investimentos em curso	1 198 693,68	380 471,33		(669 130,74)		910 034,27
Total	25 428 928,53	751 124,69	(106 659,28)	-	-	26 073 393,94
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-					-
Edifícios e outras construções	6 135 770,24	634 581,37				6 770 351,61
Equipamento básico	4 629 765,43	230 679,16	(88 191,00)			4 772 253,59
Equipamento de transporte	177 124,12	10 658,21				187 782,33
Equipamento biológico	-					-
Equipamento administrativo	1 309 484,43	50 532,92	(18 468,28)			1 341 549,07
Outros Ativos fixos tangíveis	110 840,61	18 706,34				129 546,95
Total	12 362 984,83	945 158,00	(106 659,28)	-	-	13 201 483,55
Valor Líquido AFT	13 065 943,70					12 871 910,39

Durante o ano de 2025 deu-se continuidade ao projeto de construção do “Bloco de Apoio”, de novas habitações em Aveleda e à remodelação da “Receção do Internamento e Sala de Espera do Bloco”,

encontrando-se todos ainda em fase de projeto. Foi finalizada a renovação do “Sistema AVAC do edifício antigo do Hospital”. Também no decorrer de 2025 iniciou-se e finalizou-se a instalação de um “Sistema de energia solar fotovoltaico” e a renovação/adaptação de uma ala do hospital para a nova valência de “Medicina Estética” e “Contact Center”.

Em Ativo Fixos Tangíveis encontram-se evidenciados dois prédios (quinhão hereditário por 13.050,88 euros). Dos esforços desenvolvidos no sentido de executar essa herança, falta apenas proceder ao seu registo definitivo, o qual apresenta dificuldades relacionadas com a identificação e localização da totalidade dos herdeiros em causa.

Encontram-se evidenciados em Balanço na rubrica “Ativos Fixos Tangíveis” imóveis no montante de 47.996,41 euros que se referem a prédios rústicos, nomeadamente terrenos/quintas na antiga freguesia de S. Miguel, dos quais ainda não foi possível concluir a atualização das áreas nem os respetivos levantamentos topográficos que continuam em curso.

	Saldo em 01-Jan-2024	Aquisições / Dotações	Vendas / Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2024
Custo						
Terrenos e recursos naturais	1 320 716,21					1 320 716,21
Edifícios e outras construções	15 693 110,91					15 693 110,91
Equipamento básico	5 225 825,18	38 331,51				5 264 156,69
Equipamento de transporte	229 052,25		(22 019,00)			207 033,25
Equipamento biológico	-					-
Equipamento administrativo	1 545 544,51	3 142,40				1 548 686,91
Outros Ativos fixos tangíveis	184 133,26	12 397,62				196 530,88
Investimentos em curso	1 021 498,99	177 194,69				1 198 693,68
Total	25 219 881,31	231 066,22	(22 019,00)	-	-	25 428 928,53
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-					-
Edifícios e outras construções	5 543 996,44	591 773,80				6 135 770,24
Equipamento básico	4 382 354,67	247 410,76				4 629 765,43
Equipamento de transporte	189 173,40	9 969,72	(22 019,00)			177 124,12
Equipamento biológico	-					-
Equipamento administrativo	1 264 216,23	45 268,20				1 309 484,43
Outros Ativos fixos tangíveis	93 904,06	16 936,55				110 840,61
Total	11 473 644,80	911 359,03	(22 019,00)	-	-	12 362 984,83
Valor Líquido AFT	13 746 236,51					13 065 943,70

5. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2025 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2025	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2025
Custo						
Goodwill	-					-
Projectos de Desenvolvimento	-					-
Programas de Computador	13 896,97					13 896,97
Propriedade Industrial	-					-
...	-					-
Outros Ativos intangíveis	138,14					138,14
Investimentos em curso		39 362,46				39 362,46
Total	14 035,11	39 362,46	-	-	-	53 397,57
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	-					-
Programas de Computador	10 304,89	3 041,88				13 346,77
Propriedade Industrial	-					-
...	-					-
Outros Ativos intangíveis	-					-
Total	10 304,89	3 041,88	-	-	-	13 346,77
Valor Líquido Ativos Intangíveis	14 035,11					40 050,80

	Saldo em 01-Jan-2024	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2024
Custo						
Goodwill	-					-
Projectos de Desenvolvimento	-					-
Programas de Computador	13 896,97					13 896,97
Propriedade Industrial	-					-
...	-					-
Outros Ativos intangíveis	138,14					138,14
Total	14 035,11	-	-	-	-	14 035,11
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	-					-
Programas de Computador	5 672,53	4 632,36				10 304,89
Propriedade Industrial	-					-
...	-					-
Outros Ativos intangíveis	-					-
Total	5 672,53	4 632,36	-	-	-	10 304,89
Valor Líquido Ativos Intangíveis	14 035,11					3 730,22

6. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2025	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2025
Mercadorias	1 690,00	4 572,00		4 965,18
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	451 715,37	1 745 236,14	70 279,10	455 603,02
Produtos Acabados e intermédios				
Produtos e trabalhos em curso				
...				
Total	453 405,37	1 749 808,14	70 279,10	460 568,20
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				1 812 924,41
Variações nos inventários da produção				-

Descrição	Inventário em 01-Jan-2024	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2024
Mercadorias	2 381,65			1 690,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	508 126,94	1 717 906,93	28 100,37	451 715,37
Produtos Acabados e intermédios				
Produtos e trabalhos em curso				
...				
Total	510 508,59	1 717 906,93	28 100,37	453 405,37
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				1 803 110,52
Variações nos inventários da produção				-

7. Rendimentos e Gastos

7.1. Rédito

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2025	2024
Vendas		
Prestação de Serviços	18 766 467,72	17 699 220,86
Quotas dos utilizadores		
Quotas e Jóias	4 087,50	3 548,00
Promoções para captação de recursos		
Rendimentos de patrocinadores e colaborações		
Subsídios, doações e legados à exploração	152 379,04	160 748,38
Juros	233 509,31	218 341,27
Royalties		
Dividendos		
Total	19 156 443,57	18 081 858,51

8. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica “Provisões” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2024	Aumentos	Diminuições	2025
Impostos	-			-
Garantias a clientes	-			-
Processos judiciais em curso	-			-
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	-			-
Matérias ambientais	-			-
Contratos onerosos	-			-
Reestruturação	-			-
Outras provisões	-			-
Total	-	-	-	-
Provisões específicas do sector	-			-

No decurso do exercício de 2025 não ocorreram eventos que justificassem a constituição de provisões.

Descrição	2023	Aumentos	Diminuições	2024
Impostos				-
Garantias a clientes				-
Processos judiciais em curso	73 716,53		73 716,53	-
Acidentes de trabalho e doenças profissionais				-
Matérias ambientais				-
Contratos onerosos				-
Reestruturação				-
Outras provisões				-
Total	73 716,53	-	73 716,53	-
Provisões específicas do sector				-

9. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “*Subsídios e outros apoios das entidades públicas*”:

Descrição	2025	2024
Subsídios do Governo	35 850,75	11 715,61
Segurança Social	26 566,87	
IEFP	9 283,88	11 715,61
Outros	116 528,29	149 032,77
Camara Municipal de Lousada	14 570,53	6 000,00
BPI Fundação "La Caixa"		21 765,01
Doações	101 957,76	121 267,76
Total	152 379,04	160 748,38

10. Instrumentos financeiros

10.1. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de “*Caixa e depósitos bancários*”, a 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Caixa	6 167,02	3 622,20
Depósitos à ordem	5 634 665,72	3 707 916,81
Depósitos a prazo	11 000 000,00	9 500 000,00
Outros		
Total	16 640 832,74	13 211 539,01

É prática da instituição a rentabilização das aplicações e uma rigorosa gestão da tesouraria, os eventuais saldos mais elevados em depósitos à ordem resultam apenas do período necessário à transferência e negociação dos mesmos.

10.2. Créditos a receber

Para os períodos de 2025 e 2024 a rubrica “*Créditos a Receber*” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Cientes e Utentes c/c	1 910 794,48	1 481 001,62
Clientes	1 713 489,30	1 266 259,09
Utentes	197 305,18	214 742,53
Cientes e Utentes títulos a receber		
Clientes		
Utentes		
Outras contas a receber	1 231 311,64	1 111 752,50
Devedores por acréscimo de rendimento a)	1 225 805,18	1 076 137,40
Outros	5 506,46	35 615,10
Cientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	3 142 106,12	2 592 754,12

Imparidades de Dívidas a Receber		
Descrição	2025	2024
Clientes	(9 975,03)	(21 840,19)
Utentes	(132 340,39)	(110 915,93)
Total	(142 315,42)	(132 756,12)

O valor de “Devedores por acréscimo de rendimentos”, quer em 2025, quer em 2024, refere-se essencialmente a rendimentos relativos a faturação emitida após o final do exercício, mas relativa a serviço operacional integralmente realizado até 31 de dezembro do respetivo ano.

No exercício de 2025 foram reconhecidas perdas por imparidades no valor de 9.559,30 euros, para fazer face a potenciais perdas nas cobranças mais problemáticas. Em 2024 foram reconhecidas perdas por imparidades no valor de 13.346,02 euros.

10.3. Outros Ativos Correntes

A Entidade detinha, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2025	2024
Outros activos financeiros	42 798,87	85,30
...	-	-
Total	42 798,87	85,30

O valor de Outros ativos financeiros em 2025 diz respeito essencialmente ao valor dos “*Fundos de Compensação do Trabalho*” transferidos da conta de Investimentos financeiros para aplicações de curto prazo, uma vez que apenas são reembolsáveis até 31-12-2026. A Entidade está a trabalhar num

plano de formação que permita usufruir e utilizar aquelas verbas em formação para os colaboradores e, por isso, existe expectativa de estes serem reembolsados até ao término do prazo.

10.4. Fornecedores

O saldo da rubrica de “*Fornecedores*”, a 31 de dezembro de 2025 e 2024, é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	782 436,52	706 392,26
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	782 436,52	706 392,26

10.5. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “*Estado e outros Entes Públicos*”, a 31 de dezembro de 2025 e 2024, está dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	9 938,57	14 709,08
Outros Impostos e Taxas		
Total	9 938,57	14 709,08
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)		2 600,12
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	47 920,24	43 858,66
Segurança Social	100 599,02	95 424,98
Outros Impostos e Taxas		
Total	148 519,26	141 883,76

10.6. Financiamentos Obtidos

Não se registaram movimentos com “Financiamentos Obtidos” nos exercícios de 2025 e 2024.

10.7. Outros Passivos Correntes

A rubrica “*Outos Passivos Correntes*”, a 31 de dezembro de 2025 e 2024, desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Cliente/Utentes		67 594,40		57 647,69
Pessoal		515,12		32 640,79
Remunerações a pagar		515,12		32 640,79
Cauções				
Outras operações				
Perdas por Imparidade acumuladas				
Fornecedores de Investimentos				
Credores por acréscimos de gastos		2 226 375,88		2 186 133,14
Outros credores		116 257,55		118 724,22
Total	-	2 410 742,95	-	2 395 145,84

Os valores de “Credores por acréscimos de gastos”, em 2025 e 2024, dizem respeito essencialmente a honorários de prestadores externos relativos a serviços prestados e à especialização de férias e subsídio de férias.

Em 2025 a especialização das férias e do subsídio de férias foi de 788.035,05,€ e a especialização dos honorários dos serviços já prestados por médicos, enfermeiros, terapeutas e outros, mas ainda não debitados à Entidade foi de 1.312.784,64€.

10.8. Investimentos financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024, a Entidade detinha os seguintes “*Investimentos Financeiros*”:

Descrição	2025	2024
Investimentos em subsidiárias	-	-
Método de Equivalência Patrimonial		
Outros Métodos		
Investimentos em associadas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial		
Outros Métodos		
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial		
Outros Métodos		
Outros Investimentos	18 775,96	60 614,91
Outros Métodos	18 775,96	60 614,91
Perdas por Imparidade Acumuladas	-	-
Total	18 775,96	60 614,91

11. Benefícios dos empregados

Os membros dos órgãos sociais a data de 31 de dezembro de 2025, são seguintes:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Efetivos

Presidente: Leonel Domingos Reis Vieira da Silva

Vice-Presidente: Fausto Manuel Costa Oliveira

Secretário: Hélder Fernando Pacheco Cunha

MESA ADMINISTRATIVA

Efetivos

Provedor: José Diogo Gonçalves Fernandes

Vice-Provedor: Susana da Conceição Pacheco da Cunha

Tesoureiro: Adão Bernardo Peixoto Xavier

Secretário: António José Bessa Ferreira

Vogal: Manuel Rocha Santos Oliveira

Suplentes

Lúcia Maria Neto Oliveira

João Maria Peixoto Magalhães

CONSELHO FISCAL

Efetivos

Presidente: Jorge Manuel Fernandes Malheiro Magalhães

Vice-Presidente: Domingos Fernando Silva

Secretário: Maria Irene da Silva Monteiro

Suplentes

José Francisco Ferreira

Luis Jaime Bessa Peixoto Pereira

Os membros dos órgãos sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração no decorrer do exercício de 2025.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2025 foi de “279” e em 2024 foi de “269”.

Os gastos incorridos com os funcionários são os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações aos Órgãos Sociais		-
Remunerações ao Pessoal	4 492 469,87	4 248 930,03
Benefícios Pós-Emprego		
Indemnizações	13 566,54	13 246,74
Encargos sobre as Remunerações	991 483,15	937 054,09
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	62 273,46	52 529,90
FGCT		
Outros Gastos com o Pessoal	25 075,01	20 691,48
Total	5 584 868,03	5 272 452,24

12. Acontecimentos após data de Balanço

As presentes Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Mesa Administrativa e autorizadas para emissão em 11-03-2026.

Os irmãos irão pronunciar-se acerca destas Demonstrações Financeiras na Assembleia Geral Anual de aprovação das contas.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

13. Outras Divulgações

13.1. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

Nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro, a Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora. Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários da sociedade de Revisores Oficiais de Contas em 2025 e 2024, referem-se apenas a serviços de revisão legal de contas, não tendo por ela sido prestados quaisquer outros tipos de serviços.

A SCML é ré em dois processos judiciais que se encontram em curso com valor global de 42.769,89€, movidos por utentes, por negligência médica. Ambos os processos se encontram em fase de produção de prova pericial, sendo, no entanto, que eventuais responsabilidades se encontram transferidas para a seguradora que também intervém nos mesmos.

13.2. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Gastos a reconhecer	51 894,92	80 619,06
...		
Total	51 894,92	80 619,06
Rendimentos a reconhecer	8 735,22	11 471,32
...		
Total	8 735,22	11 471,32

13.3. Fundos Patrimoniais

Nos “*Fundos Patrimoniais*”, a 31 de dezembro de 2025 e 2024, ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 31-Dez-2024	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2025
Fundos	612 372,87			612 372,87
Excedentes técnicos	-			-
Reservas	-			-
Resultados transitados	20 688 769,27	3 585 500,05		24 274 269,32
Excedentes de revalorização	-			-
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 341 865,40		(21 849,73)	1 320 015,67
Total	22 643 007,54	3 585 500,05	(21 849,73)	26 206 657,86

A variação da rubrica “Resultados Transitados”, deve-se à afetação dos resultados do exercício anterior.

Os movimentos ocorridos na rubrica “Outras variações nos fundos patrimoniais” são originadas pela imputação a subsídios para investimento (afetando o resultado do período), do valor equivalente à utilização (depreciações) dos bens financiados ou doados.

Descrição	Saldo em 31-Dez-2023	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2024
Fundos	612 372,87	-	-	612 372,87
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	17 835 162,09	2 853 607,18		20 688 769,27
Excedentes de revalorização	-			-
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 376 090,00		(34 224,60)	1 341 865,40
Total	19 823 624,96	2 853 607,18	(34 224,60)	22 643 007,54

13.4. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “*Fornecimentos e serviços externos*” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Subcontratos	1 685 961,47	1 491 618,45
Serviços especializados	5 176 534,68	4 831 562,29
Trabalhos especializados	210 620,22	156 206,46
Publicidade e propaganda	135,30	691,26
Vigilância e segurança	10 557,89	11 404,67
Honorários	4 799 315,29	4 545 230,24
Conservação e reparação	155 819,88	118 029,66
Outros	86,10	
Materiais	59 996,56	46 918,10
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	3 304,97	3 116,82
Material de Escritório	32 129,01	32 234,89
Artigos para oferta	3 005,46	3 668,25
Outros	21 557,12	7 898,14
Energia e fluidos	466 085,91	454 405,69
Electricidade	199 842,04	205 983,36
Combustíveis	198 957,52	189 764,08
Água	67 286,35	58 658,25
Deslocações, estadas e transportes	2 474,84	2 536,26
Deslocações e estadas	2 474,84	2 523,96
Transporte de mercadorias		12,30
Serviços diversos	75 521,15	79 168,19
Comunicação	48 278,14	49 332,73
Seguros	14 272,55	14 444,56
Contencioso e notariado	67,00	2 498,50
Despesas de representação	128,10	143,30
Limpeza higiene e conforto	266,17	503,65
Outros serviços	12 509,19	12 245,45
Total	7 466 574,61	6 906 208,98

13.5. Outros rendimentos

A rubrica de “*Outros rendimentos*”, nos períodos de 2025 e 2024, encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Rendimentos Suplementares	177 345,04	171 896,91
Descontos de pronto pagamento obtidos	130,49	335,30
Recuperação de dívidas a receber	1 639,54	54,37
Ganhos em inventários		
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	1,79	
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	122 705,92	126 158,20
Outros rendimentos	118 883,65	115 994,61
Juros	233 509,31	218 341,27
Total	654 215,74	632 780,66

A rubrica de “Rendimentos suplementares” engloba, comissões de produtos e serviços de reabilitação auditiva (60.921,40€), bem como proveitos da exploração do parque de estacionamento (50.959,60€).

A rubrica “Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros” inclui essencialmente rendas de imóveis, no montante de 122.305,92 euros.

Os “Outros rendimentos” referem-se, essencialmente, à imputação dos subsídios ao investimento de acordo com a respetiva vida útil (65.634,24€).

13.6. Outros gastos

A rubrica de “*Outros gastos*”, nos períodos de 2025 e 2024, encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Impostos	8 408,94	8 588,74
Descontos de pronto pagamento concedidos	2 778,62	3 266,47
Dividas incobráveis		
Perdas em inventários		
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros	7,17	
Gastos e perdas investimentos não financeiros		
Outros Gastos	18 136,32	25 011,62
Total	29 331,05	36 866,83

13.7. Juros e gastos similares suportados

A rubrica de “*Juros e gastos similares suportados*”, nos períodos de 2025 e 2024, encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	3 117,45	
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outros gastos e perdas de financiamento		31,88
Total	-	3 149,33
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos		
Dividendos obtidos		
Outros rendimentos similares		
Total	-	-
Resultados financeiros	-	(3 149,33)

Lousada, 11 de março de 2026



Empresa : Santa Casa da Misericórdia de Lousada
Sede : Av. Major Arrochela Lobo, 157 - 4620-697 LOUSADA
No Cont.: 500852510
Matr.Cons.Reg.Comercial de : Dir.Geral Acção Social, nº 8/83

Ata da Reunião do Conselho Fiscal nº 37/2026 de 11 de março de 2026

Aos onze dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, na sala de reuniões da Valência Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Lousada, reuniu o Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia de Lousada com a presença de todos os seus membros, os Excelentíssimos Senhores Dr. Jorge Manuel Fernandes Malheiro Magalhães, Domingos Fernando Silva Moreira, Maria Irene da Silva Monteiro e ainda os Excelentíssimos Senhores Dr. José Diogo Gonçalves Fernandes (Provedor) e o Dr. Jorge Silva (ROC), com a seguinte ordem de trabalhos:-----

- Análise do Relatório de Atividades e do Relatório de Contas referente ao exercício de 2025. -----

Iniciada a reunião e em cumprimento do disposto na alínea a) do ponto 1 do artigo 30º do Compromisso, foi analisado o Relatório de Atividades em apreciação, o qual se constatou estar de acordo, na sua generalidade, com o Plano de Atividades previsto. -----

De seguida procedeu-se à análise da informação financeira produzida no período em causa, recorrendo para o efeito aos documentos de suporte informativo de âmbito contabilístico e financeiro, bem como os esclarecimentos complementares apresentados pelo Revisor Oficial de Contas. -----

Foi realizada uma síntese das contas produzidas, tendo sido referidos os elementos relevantes numa análise económica e financeira detalhada, verificando-se os seguintes resultados, Rendimentos: € 19 573 944,29 € (dezanove milhões, quinhentos e setenta e três mil, novecentos e quarenta e quatro euros e vinte e nove centimos), Gastos: € 15 852 159,53 (quinze milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, cento e cinquenta e nove euros e cinquenta e três centimos) sendo o Resultado Líquido do Período de € 3 721 784,76 (três milhões, setecentos e vinte e um mil, setecentos e oitenta e quatro euros e setenta e seis centimos). Constata-se ainda que o valor das depreciações foi de € 948 199,88 (novecentos e quarenta e oito mil, cento e noventa e nove euros e oitenta e oito centimos). -----

A certificação legal das contas será limpa, sem quaisquer reservas, declarando-se que as peças a apresentar à Assembleia Geral respeitam a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo e transmitem uma imagem fiel e apropriada da situação económica e financeira da Santa Casa da Misericórdia de Lousada. -----

Também se constatou que a informação constante no relatório de atividades é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e, portanto, somos de parecer que: -----

Evidenciada a clareza e a forma explícita como estão apresentadas, se aprovem as contas que vos são apresentadas. -----

E nada mais havendo a tratar foi a sessão dada por encerrada, dela se lavrando a presente ata que vai ser assinada. -----

Presidente



Vice-Presidente



Secretário



Empresa: Santa Casa da Misericórdia de Lousada
Sede : Av. Major Arrochela Lobo, 157 – 4620-697 LOUSADA
No Cont.: 500852510
Matr.Cons.Reg.Comercial de : Dir.Geral Acção Social nº 8/83

 Ata Mesa Administrativa nº 614 <i>Santa Casa da Misericórdia de Lousada</i>		Reunião Data: 11/03/2026
Local: Valência Hospital	Início: 15h00	Fim: 17h30
		Duração: 2h30m
Presenças: Provedor - José Diogo Gonçalves Fernandes; Vice- Provedora - Susana da Conceição Pacheco da Cunha; Tesoureiro - Adão Bernardo Peixoto Xavier; Secretário - António José Bessa Ferreira; Vogal – Manuel Rocha Santos Oliveira;		

Temas Tratados

Ponto Único:

Apresentação do Relatório de Atividades e Contas do Exercício Económico de 2025.

Decisões Tomadas

Ponto Único:

Aberta a sessão, foi realizada uma apreciação global das contas e respetivo relatório de atividades. Feita uma análise global aos mapas apresentados, balanço, demonstração dos resultados e respetivos anexos, apresentando os seguintes resultados:

Rendimentos: € 19 573 944,29 € (dezanove milhões, quinhentos e setenta e três mil, novecentos e quarenta e quatro euros e vinte e nove cêntimos);

Gastos: € 15 852 159,53 (quinze milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, cento e cinquenta e nove euros e cinquenta e três cêntimos);

Resultado Líquido do Período: € 3 721 784,76 (três milhões, setecentos e vinte e um mil, setecentos e oitenta e quatro euros e setenta e seis cêntimos). Constata-se ainda que o valor das depreciações foi de € 948 199,88 (novecentos e quarenta e oito mil, cento e noventa e nove euros e oitenta e oito cêntimos).

Relativamente às rubricas de rendimentos verifica-se um aumento de 5,93%, consequência do crescimento da prestação de serviços em 6,03%. Em sentido inverso, a rubrica de Subsídios e Legados à Exploração registou uma redução de 5,21%, sem comprometer a tendência global de crescimento dos rendimentos no exercício. As principais rubricas de gastos sofreram na sua generalidade um aumento face a 2024 de 6,08%. Este aumento deve-se em grande medida ao aumento da prestação de serviços, gerado pelo aumento da atividade na generalidade dos serviços, assim como à atualização de custos operacionais. A rubrica Gastos c/ Pessoal sofreu uma variação considerável, refletindo o incremento do SMN para 870,00 € e a necessidade de assegurar a capacidade de resposta e a qualidade dos serviços prestados. Relativamente às restantes rubricas de gastos, encontram-se todas em sintonia com o aumento do volume de negócios e da

atividade, mantendo a sua gestão balizada pelas regras/políticas de rigor, contenção e racionalização.

Após a análise das contas do exercício findo, foi deliberado que estas se encontravam em perfeita ordem pelo que, as mesmas foram aprovadas por unanimidade, para serem presentes ao Conselho Fiscal e à Assembleia-Geral de Irmãos convocada para o próximo dia vinte e oito de março às 14h30m com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1) Leitura, discussão e votação da ata da última Assembleia Geral;
- 2) Apresentação de informação da Mesa Administrativa sobre a Instituição;
- 3) Apresentação, discussão e votação do Relatório de Atividades e Contas referente ao exercício de 2025, bem como do Parecer do Conselho Fiscal;
- 4) Outros assuntos de interesse para a Instituição;
- 5) Leitura e votação da ata em minuta desta sessão para efeitos imediatos.

Assim e nada mais havendo a tratar, foi a sessão dada por encerrada, dela se lavrando a presente ata que vai ser devidamente assinada pelos Membros da Mesa Administrativa.

Diogo Gonçalves
Susana Pacheco
Adão Peixoto
António Bessa
Manuel Rocha

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LOUSADA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LOUSADA (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 33.278.876,57 euros e um total de fundos patrimoniais de 29.928.442,62 euros, incluindo um resultado líquido de 3.721.784,76 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Santa Casa da Misericórdia de Lousada** em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

1

Dr. Jorge Manuel Teixeira da Silva - geral@jorgesilvaroe.pt
Sede: Rua dos Bragas, 208 - 1º Andar - Sala 15 - Cedofeita - 4050-122 Porto
Escritório: Urbanização Souto do Rio, Lote 43 - 3750-304 ÁGUEDA - Telef. 234 622 250

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de atividades

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de atividades foi preparado de acordo com requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Águeda, 13 de março de 2026

Dr. Jorge Manuel Teixeira da Silva


ROC n.º 637, registado na CMVM com o n.º 20160283 em representação de
Jorge Silva, Neto, Ribeiro, Pinho & Associado, Sroc, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas



Santa Casa da Misericórdia de Lousada